

## Depoimento de Manuela Mendonça candidata a secretaria-geral da Fenprof

### **1 ? Candidata-se a Secretária-geral da Federação Nacional dos Professores (Fenprof) para um mandato de três anos. Significa os últimos anos deste Governo e o início do próximo. Como perspectiva a intervenção da Fenprof neste período?**

Penso que a intervenção da Fenprof terá que continuar a ser norteadada pela exigência de uma nova política para a Educação em Portugal. Esta nova política implica, por um lado, o abandono da linha neoliberal que tem vindo a ser seguida quer para a política geral quer para as políticas sectoriais, com destaque para a educação e, por outro lado, a correcção das medidas mais gravosas já tomadas, seja pela sua anulação, nuns casos, seja pela sua reformulação, noutros casos.

Incluem-se nestas medidas o novo regime de aposentação, o congelamento das progressões na carreira, o recém imposto Estatuto da Carreira Docente, as fortes restrições orçamentais no ensino superior, o agravamento brutal do desemprego e da precariedade entre os docentes, a redução do número de vagas na Educação Especial, o novo regime de concursos, a implementação das AECs no 1º CEB, o encerramento generalizado de escolas e concentração de alunos, as restrições crescentes ao exercício da actividade sindical, entre outras.

Nessa mudança de rumo, há duas condições essenciais que têm que ser respeitadas: i) valorizar a escola pública como garante essencial da democratização da educação, da melhoria generalizada das qualificações dos portugueses e do desenvolvimento harmonioso do país, pelo que o Estado tem que nela investir, elevar a sua qualidade e acrescentar-lhe todos os recursos necessários; ii) valorizar a profissão docente, no respeito pelas suas especificidades e pela dignidade social que lhe é devida, encarando-a como profissão imprescindível à construção de um futuro melhor, de um país com um desenvolvimento mais sustentado e mais justo.

Não posso deixar de chamar a atenção para o facto de a Fenprof, como maior organização nacional de professores que é, não poder perder de vista a sua intervenção no movimento internacional construído pelo sindicalismo docente. Se é verdade que os problemas que nos afectam têm um cunho marcadamente nacional não é hoje possível encarar estas problemáticas educativas sem as cotejar e as confrontar com a experiência e o saber adquiridos a nível internacional. O sindicalismo docente já não pode ter um cunho paroquial. Desta minha preocupação faz parte, naturalmente, a indispensável acção solidária entre a nossa federação e os sindicatos e professores do espaço lusófono.

### **2 ? É reconhecido que a Fenprof é uma organização na qual estão filiados professores e educadores de todas as tendências políticas, sociais, pedagógicas culturais e, certamente, com várias concepções de escola. Como pensa contribuir para conciliar e dar sentido a essa diversidade?**

Em primeira análise, interiorizando em absoluto que essa diversidade existe e é positiva para a vida da Fenprof. Os tempos que correm não são de unanimismos, pelo que é necessário um esforço de organização e alargamento dos espaços de participação dos professores e educadores no debate sobre o rumo a seguir.

Às organizações sociais, e concretamente às sindicais, cabe fazer a síntese do que é essencial para a identificação dos problemas, para a sua análise e para a apresentação de propostas de solução. Aqui a diversidade, em vez de complicar, ajuda na construção de melhores soluções, porque enriquece as discussões e amplia as respostas a dar e, nesse sentido, a Fenprof nunca deixou de encontrar caminhos que respaldem de maneira ampla as propostas que faz sobre as mais diversas matérias e áreas do sistema educativo.

Em última análise, é com este lastro que nos caberá prosseguir um caminho de permanente construção da unidade na diversidade.

### **3 ? A Escola Portuguesa debate-se com muitos problemas e desafios. Quais os que mais a preocupam e que perspectivas gerais tem para os solucionar?**

Os problemas são tantos que priorizá-los não é tarefa fácil. E esses problemas põem-se tanto ao nível do sistema educativo, na sua organização e funcionamento, como ao nível sócio-profissional, com uma classe docente a sofrer a mais violenta ofensiva de que há memória em democracia.

Responsabilizados pelo poder político por todos os males do sistema, os professores e educadores portugueses vivem hoje tempos difíceis. Os que se aproximam do fim da carreira vêem as suas expectativas de aposentação defraudadas e o seu percurso de vida profissional ignorado e desprezado. Os que estão a meio da carreira vêem o caminho que ainda têm de percorrer minado e bloqueado. Os mais jovens vêem-se explorados e marginalizados à porta da profissão com que sonharam e para que se prepararam, vivendo situações dramáticas de desemprego e precariedade. É necessário que a acção sindical enquadre todos estes problemas e para todos encontre as melhores formas de luta e de envolvimento dos docentes. Os mais novos não podem continuar a adiar a vida. Aos

mais velhos escasseia-lhes o tempo para esperar pelo reconhecimento e pela justiça a que têm direito. Ao nível do sistema educativo, colocam-se questões como o efectivo combate às baixas qualificações académicas dos portugueses e ao elevado insucesso e abandono escolares. Estes problemas, a que se somam uma insuficiente cobertura da rede pública da Educação Pré-Escolar e a falta de apoio especializado para milhares de crianças e jovens com necessidades educativas especiais, exigem a contratação de mais docentes e não o seu despedimento ou a sua utilização precária.

Por outro lado, há que encarar de frente, e de forma competente, as situações de indisciplina e violência no espaço escolar. Para além de respostas políticas, sociais e económicas que combatam situações de marginalidade, pobreza e desemprego na sociedade portuguesa, é necessário que as escolas disponham de autonomia e de meios suficientes para desdobrar turmas e criar equipas multidisciplinares, procurando minorar um problema que degrada o clima de trabalho e desgasta enormemente os professores.

Políticas que vão no sentido da defesa intransigente de uma escola pública de qualidade, que a todos garanta condições de igualdade no acesso e no sucesso educativos, e do aprofundamento da democraticidade na direcção e gestão escolares, contarão sempre com o empenhamento da FENPROF e dos seus sindicatos e dentro dela, obviamente, com o meu contributo pessoal.

No segundo plano avulta, como questão central, o reencontro com um estatuto de carreira para a educação de infância e para os ensinos básico e secundário digno, motivador e respeitador de um exercício profissional autónomo, reflexivo, crítico e criativo, assente numa concepção positiva do que é ser professor hoje.

Ainda na definição de estatutos para os ensinos universitário e politécnico que reflectam a realidade destes sectores, que apostem na alta formação e qualificação destes profissionais, que lhes apresentem carreiras dignificadas e atraentes, que olhem para a formação destes profissionais como uma mais-valia indispensável ao nosso desenvolvimento colectivo.

Lutar contra o estatuto de carreira recentemente imposto pelo ME/Governo até à sua revogação é uma tarefa inadiável, uma tarefa de todos e, naturalmente, também minha, como professora e como dirigente sindical, venha ou não a ser eleita secretária-geral da FENPROF.

#### **4 ? Na sua opinião o que distingue a sua candidatura da outra candidatura a Secretário-geral da Fenprof?**

Seguramente nada ao nível da concepção do papel que à FENPROF caberá continuar a desenvolver neste complexo e difícil contexto sócio-político. A unidade interna da FENPROF e a democraticidade do seu funcionamento não estão em causa com o aparecimento de duas candidaturas ao cargo de secretário-geral. Quanto ao perfil concreto dos dois candidatos, aí sim, registar-se-ão algumas diferenças, como é natural. As pessoas não são iguais ? nunca são ? e a organização e as dinâmicas de trabalho que procurarão introduzir nas estruturas da Federação serão diferentes.

O bom acolhimento de propostas que resultam da diversidade quer dos educadores e professores enquanto quadros sindicais quer dos sindicatos de per si enquanto organizações autónomas, uma concepção ampla do complexo sistema educativo em que nos movimentamos, a independência de pensamento e a valorização permanente do trabalho colectivo no seio da FENPROF constituem traços identificativos da minha forma de entender e estar no movimento sindical.

Espero, no entanto, que no congresso a discussão sobre a liderança não retire centralidade ao que é essencial: o debate sobre os problemas que se colocam hoje aos professores e às escolas; a avaliação das políticas desenvolvidas pelo Governo nos últimos dois anos; as propostas da FENPROF para a valorização da profissão e a democratização da escola; o plano de acção e de luta que iremos desenvolver no futuro para atingir esses objectivos.

#### **Nota biográfica:**

##### **Maria Manuela Milhais Pinto Mendonça**

46 anos

Licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas, variante de Estudos Ingleses e Alemães ? Faculdade de Letras da Universidade do Porto (concluída em 1982)

Profissionalização em serviço (Curso de Qualificação em Ciências da Educação ? Universidade Aberta)

Diploma de Estudos Superiores Especializados em Administração Escolar ? Escola Superior de Educação do Porto  
Ano de início da actividade lectiva e escola actual: 1982. Escola Secundária Augusto Gomes, Matosinhos.

Percurso sindical no seu sindicato e na Fenprof: É membro da direcção, comissão executiva e secretariado do SPN; membro do Conselho Nacional e do Secretariado Nacional da FENPROF, onde coordena o Grupo de Trabalho da Gestão e Avaliação das Escolas e o Departamento da Representatividade Sindical.

Perguntas redigidas por: **Paulo Serralheiro**